

Vozes de um dilema no seio da intelectualidade católica brasileira: reforma ou revolução? – Um debate desenvolvido nas páginas da Revista de Cultura Vozes (1966-1969)

IGOR LUIS ANDREO*

Este artigo consiste em um extrato de reflexões que vem sendo desenvolvidas para nossa Tese de Doutorado, cujo título provisório é **Manifestações do Aggiornamento católico e da Teologia da Libertação no Brasil e no México: um estudo comparativo entre a Revista de Cultura Vozes e a revista *Christus* (1966-1987)** e na qual se tem como fontes e objetos a Revista de Cultura Vozes (Brasil) e a revista *Christus* (México), entre os anos de 1966 e 1987. O objetivo central de nossa Tese consiste em analisar diferentes formas de manifestação do *aggiornamento*¹ católico e da Teologia da Libertação nas páginas das revistas e, para realizar tal empreitada, recortamos e definimos dois objetivos específicos, sendo que apenas o primeiro deles será abordado neste artigo:

- Partindo dos textos que incidam diretamente sobre temáticas referentes às formas de lograr as transformações sociopolíticas e econômicas entendidas como necessárias e os limites colocados para o alcance destes objetivos, procuraremos analisar quais influências recaíram sobre o ideário propagado pelas revistas e em qual temporalidade foram se dando suas transformações em cada um dos dois contextos pesquisados.

Uma vez que nossa Tese se encontra em seus passos iniciais, neste artigo concentrar-nos-emos apenas na Revista Vozes entre 1966 e 1969, espaço temporal que identificamos como um primeiro subperíodo que marcou as características das reflexões e debates presentes nas páginas de Vozes quanto às temáticas que elencamos para ser o foco de nosso estudo.

Como já é praxe metodológica no meio historiográfico, um aspecto prévio a ser analisado refere-se à materialidade dos periódicos, uma vez que sua aparência não é natural,

* Mestre e Doutorando da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Assis. Bolsista FAPESP.

¹ Termo italiano, cuja tradução aproximada seria “estar em dia”, empregado pelo Papa João XXIII para expressar seus intentos de que o catolicismo “oficial” que emanava de Roma – apegado a doutrinas e orientações antimodernas voltadas para assuntos transcendentais e, sob o pontificado de Pio XII, anticomunistas – se “atualizasse” por meio do Concílio Vaticano II, inserindo-se às realidades vivenciadas no “mundo moderno”.

mas resultante da interação entre os métodos de impressão disponíveis e as escolhas feitas para o periódico, o que contribui para revelar o lugar social ocupado pelo mesmo.²

Entre 1966 e 1968 a revista *Vozes* manteve – desde a reestruturação da Editora Vozes em 1941 – o segundo nome que lhe foi atribuído: *Vozes – Revista Católica de Cultura*. Para o primeiro número de 1969 recebeu seu terceiro “batismo”, no qual se subtraiu o “católica”, passando a ser denominada como *Revista de Cultura Vozes*, nome que perdurou até 1993. Neste nosso primeiro período de análise, a revista *Vozes* manteve periodicidade mensal, com 96 páginas em cada número. Nos textos, as imagens são praticamente inexistentes e quando aparecem são meramente ilustrativas e dispensáveis.

As divisões internas sofreram pequenas alterações ao longo dos anos, todavia a revista manteve duas seções principais em todo nosso período pesquisado: *Artigos*, cujos textos abrem a revista, são mais longos e na qual se encontram os destaques da capa e assuntos tratados em números temáticos e *Idéias e Fatos*, com textos mais curtos, fontes menores, raramente destacados na capa. Quanto ao formato, desde sua fundação até 1993, adotou as dimensões 15 cm X 21 cm, que são pequenas se comparadas com o formato magazine, 20 cm X 26,5 cm, mais apropriado para revistas que publicam muitas imagens e fotografias, além de textos curtos com fontes grandes. Na Revista *Vozes*, pelo contrário, os textos recebiam fontes pequenas e, sobretudo na seção *Artigos*, possuíam tamanho longo por tratar-se de uma revista.

Essas características sucintamente apresentadas até aqui nos permitem apontar para um indicativo de que a Revista *Vozes*, ao menos em nosso período pesquisado, se dirigia a um público com nível educacional elevado, pois exigia muito do leitor e não apresentava grandes atrativos estéticos ou imagéticos para além de seu próprio conteúdo,³ que – como será apresentado ao longo destas páginas – está longe de ser superficial e facilmente acessível.

Entendemos que é possível pensar estes quatro anos – 1966-1969 – como um primeiro período a ser analisado, em razão de certa manutenção de autores e características no que se refere aos assuntos que escolhemos abordar. Passaremos a uma breve explanação destas.

Na carona do pós-Concílio a Revista *Vozes* foi entregue, em 1966, às mãos de Frei

² Para detalhes acerca das análises historiográficas de periódicos, sobretudo revistas, dentre a vasta bibliográfica disponível sugere-se conferir Tania Regina de Luca (2006 e 2008).

³ O que foi uma questão de escolha editorial, uma vez que sob a direção do Frei Ludovico Gomes de Castro (1962-1986), a Editora *Vozes* passou por uma modernização drástica de seu parque gráfico (ANDRADES, 2001, p. 137-139), o que possibilitava que melhores recursos pudessem ser empregados na edição da revista *Vozes*.

Clarêncio Neotti, com a incumbência, segundo suas próprias palavras, de: “[...] atualizar a revista e pô-la a serviço do pós Concílio Vaticano II [...]” (NEOTTI, 2007, p. 49).⁴ Isto se reflete nos conteúdos apresentados nestes anos iniciais, nos quais, apesar de haver textos que abordam questões estritamente intrarreligiosas, são muitos os que ligam questões teológicas a problemas vivenciados no mundo hodierno ou se atém a problemas sociais mundanos.

No que se refere às questões de quais seriam as transformações sociais necessárias para o Brasil (e para o mundo) e por quais meios estas deveriam ser buscadas, entendemos que há uma tensão, um debate nas páginas da revista⁵ nesse período entre pensamentos mais “livres” e acadêmicos, autoproclamados científicos, e uma visão católica que acabou por predominar.

Nesse nosso primeiro recorte temporal encontramos 57 textos que entendemos abordar questões relativas às “transformações sociais”, sendo 36 em *Artigos*. São raros os autores estrangeiros e, apesar de aparecerem leigos, há um predomínio de autores com alguma formação teológica e, sobretudo, de origem eclesiástica (especialmente bispos). Há uma figura dominante: D. Hélder Câmara, com 09 textos nesses quatro anos, sendo 05 em *Artigos*.

Já em 1966, D. Hélder Câmara era a figura de maior destaque, nacional e internacional, do episcopado brasileiro.⁶ Foi ordenado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, aos 43 anos, em 1952. Principal responsável pela fundação, também em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo sido seu primeiro secretário geral até 1964. Articulador da

⁴ O que vai ai encontro com a linha adotada pela Editora Vozes a partir de 1962, quando Frei Ludovico de Castro assumiu a direção geral e, paulatinamente, procurou profissionalizar a editora, incorporando leigos ao grupo de assessores, modernizando o parque gráfico, os sistemas comerciais e de distribuição, criando uma linha voltada a numerosas publicações nas diversas áreas das ciências humanas e na linha religiosa passando a publicar o pensamento teológico “de vanguarda”, o que foi legitimado e reforçado pelo “espírito conciliar” de abertura à realidade sociocultural do mundo secular (ANDRADES, 2001, p. 126-166).

⁵ Não se pode esquecer que os posicionamentos e ideias defendidos e difundidos por uma revista, apesar de serem dirigidos por uma linha editorial específica, não são homogêneos, como afirma Maria Helena Capelato (2005: 348): “[...] o estudo das revistas [...] requer integração com uma complexidade discursiva que produz múltiplos e, às vezes, contraditórios sentidos [...] [há] necessidade de captar a dinâmica de entrecruzamento em que um texto dialoga com outros numa mesma revista, o que não acontece num livro.”

⁶ Segundo Nelson Piletti e Walter Praxedes (2008, p. 231-240), tal destaque é consequência de sua intensa atuação nos bastidores do Concílio Vaticano II, o que lhe rendeu reconhecimento – favorável ou não – em meio às cúpulas eclesiásticas e, somada à sua fluência em vários idiomas e a grandiloquência discursiva, prontamente também lhe garantiu destaque na imprensa internacional. Para dar uma ideia de sua importância no período, destacamos que de acordo com Jakob Sverdrup, então consultor do Prêmio Nobel da Paz (ao qual o Arcebispo de Olinda e Recife foi indicado por quatro anos consecutivos entre 1970 e 1973, mas segundo Piletti e Praxedes (2008, p. 09-15), nunca venceu em decorrência de uma sistemática campanha difamatória empreendida pelo regime militar brasileiro e outros aliados civis), em maio de 1970 o renomado jornal britânico *The Sunday Times* apontava Dom Hélder Câmara como o homem de maior influência na América Latina depois de Fidel Castro.

Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada no Rio de Janeiro em 1955. Desde a década de 1950 encampou órgãos assistenciais ligados à Ação Católica. Foi o único bispo brasileiro a ter participação relevante no Concílio Vaticano II. Em 1964, em razão de desentendimentos com o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Barros Câmara,⁷ foi designado com Arcebispo de Olinda e Recife, onde permaneceu até 1985. Acompanhando a posição tomada pela hierarquia e outros setores do católicos – à exceção de militantes leigos da Ação Católica, de movimentos católicos estudantis e de religiosos ligados a eles (LÖWY, 2000) – inicialmente Dom Hélder Câmara apoiou o golpe militar de 1964.⁸

O segundo autor que mais aparece nesse período é Pedro Demo, com 05 textos – 04 em *Artigos*. Em 1963 Demo graduou-se em Filosofia pelo Centro Universitário da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, em Curitiba – Paraná; em 1966 licenciou-se em Teologia, em Petrópolis – Rio de Janeiro; e, entre 1967 e 1971 desenvolveu Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade de Saarbrücken – Alemanha, cujo título foi *Herrschaft und Geschichte - Zur politischen Gesellschaftstheorie Freyers und Marcuses* (Em tradução livre: *Dominação e história – a teoria sociopolítica de Freyer e Marcuse*).

Em razão do espaço e por entendermos que o foco apenas nos textos desses dois autores principais encontrados na seção *Artigos* será suficiente para dar uma ideia dos embates quanto ao assunto em questão, não tratemos de textos de outros autores, tampouco de textos desses autores assinados coletivamente ou presentes na seção de menor destaque (*Idéias e Fatos*).

1966

O tema das transformações sociais – quase completamente dominado pelo pensamento de Dom Hélder Câmara – está em maioria relegado à seção de menor destaque, *Idéias e Fatos* (em *Artigos* são apenas 05 textos, de um total de 36 que selecionamos para o período 1966-1969, enquanto na seção *Idéias e Fatos* são 11 de um total de 21). Provavelmente isto deve se explicar por ser o primeiro ano de Frei Clarêncio Neotti à frente da revista (que assumiu sua

⁷ De acordo com Scott Mainwaring (2004, p. 153), Dom Jaime Câmara formava parte do grupo de vários prelados brasileiros que neste período eram “reconhecidamente conservadores”.

⁸ Segundo André Corten (2004, p. 303), ao menos até 1967 a hierarquia católica brasileira manteve boas relações com o regime militar instaurado no país.

direção apenas a partir do quarto número do ano), substituindo uma linha editorial socioteológica mais tradicionalista, que paulatinamente foi sendo superada.

São quatro os textos assinados por Dom Hélder Câmara em 1966, sendo um de autoria coletiva e somente um na seção de *Artigos*. Este texto, intitulado “Boas-Vindas em nome do Nordeste”, consiste na íntegra de um discurso saudando D. José Maria Pires,⁹ que assumia o arcebispado de João Pessoa. Além de ser o artigo que abre o sexto número nesse ano, apresenta uma das raras imagens publicadas pela revista, que consiste em um desenho da imagem do próprio Dom Hélder Câmara, ocupando a primeira meia página do artigo, o que indica o quão importante era seu pensamento para a revista *Vozes* no período.

Quanto ao conteúdo, o autor não nega o que denomina como neocolonialismo dos Estados Unidos para com a América Latina, mas aponta para necessidade de perceber a situação interna, na qual impera sob os olhos desatentos da Igreja o “colonialismo interno”, sobretudo na forma do “baronato” no meio rural nordestino. Sendo assim, entre outras medidas, defende que o processo de desenvolvimento, que acredita estar sendo implantado no país – entendido como sinônimo de modernização técnico-industrial e consequente crescimento econômico – deve incluir a promoção humana do povo, sobretudo nordestino, que há de ser preparado (via educação)¹⁰ para participar desse desenvolvimento e usufruí-lo.

Faz-se aqui um “parêntese”. De acordo com Mairon Escorsi Valério (2012), grosso modo, a Teologia da Libertação surgiu de um processo de radicalização ocorrido no final da década de 1960 no seio de redes intelectuais católicas com origem intransigente¹¹ que migraram para América Latina (mas mantiveram trocas intelectuais importantes com o velho continente) e foram organizadas – até meados dos anos 70 – sob a égide do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), no qual Dom Hélder Câmara ocupou espaço central. Esse processo de radicalização intelectual se deu por motivos que não cabe aqui elucidar, mas

⁹ D. José Maria Pires, além de ser o segundo bispo negro da história brasileira, é um dos 16 bispos do nordeste a serem identificados pelo regime militar como subversivos. (MAINWARING, 2004, p. 117)

¹⁰ Esse papel de “conscientização popular” via educação atrelava-se Movimento de Educação de Base (MEB), encampado pela Igreja católica, e à produção intelectual de Paulo Freire.

¹¹ Grosso modo, o catolicismo intransigente diz respeito às correntes que buscam impor um ideal católico à sociedade secular. Estas se dividem internamente, possuindo como oposição central a recusa antimoderna absoluta de adaptação, frente à aceitação em se adaptar à sociedade moderna com intuito de cooptar a questão social, o que se desenvolveu, ao longo do século XX, opondo-se, de acordo com as circunstâncias locais em vigência, ao capitalismo liberal ou à revolução socialista. Para mais detalhes conferir Émile Poulat (1977).

interessa-nos destacar que se ligou à paulatina adoção como interpretação da realidade latino-americana – de onde se defendia que deveria partir a reflexão teológica posterior – das versões mais deterministas de vertentes marxistas da Teoria da Dependência, em substituição às Teorias Desenvolvimentistas – principalmente de origem no CEPAL – abraçadas por determinados setores – sobretudo ligados à Ação Católica.

Desta forma, entendemos que quando o Arcebispo de Olinda e Recife se refere ao “neocolonialismo dos EUA”, está dialogando com rumos que começavam a surgir entre à intelectualidade católica ligada ao CELAM e que levariam à Teologia da Libertação.

A síntese deste artigo nos parece consistir na contraposição de um modelo de “desenvolvimento cristão”, ou seja, uma contrapartida social que fosse além do mero assistencialismo, ao modelo desenvolvimentista estritamente técnico-econômico, que supostamente estava sendo implantado pelos militares.¹² Apesar de já fazer críticas veladas à falta de liberdade de expressão e de apresentar suas propostas em forma de críticas diretas às políticas adotadas pelos governantes militares, Dom Hélder Câmara parece ainda acreditar em um possível convencimento sobre a superioridade de sua proposta como alternativa ao modelo que entende estar sendo adotado. Já era crítico de certas políticas, principalmente para a região do nordeste, mas não havia rompido com as esperanças no regime militar.¹³

1967

Agora já são 10 (em 36) os textos em *Artigos* que tratam das questões sociais (segundo nossa seleção) e apenas 04 (de 21) em *Idéias e Fatos*. Dom Hélder Câmara abre a seção *Artigos* do primeiro número de 1967, sendo o destaque único da capa: “A Igreja no

¹² De acordo com Nelson Piletti e Walter Praxedes (2008, p. 217-232), desde a década de 1950, Dom Hélder Câmara alinhava-se a propostas – encabeçadas pela Ação Católica – da chamada “terceira via” ou “solidarismo cristão”, isto é, a luta pela construção de um novo modelo de organização social “humanizada”, baseado em reformas do capitalismo como exigência cristã por justiça (e opção substitutiva às mensagens revolucionárias), o que deveria passar pelo trabalho de “conscientização”, sobretudo via educação básica e reforma agrária.

¹³ Segundo Piletti e Praxedes (2008, p. 248), o posicionamento de D. Hélder frente ao golpe militar de 1964 foi de “neutralidade expectativa”. De acordo com Maria José de Rezende (2001), a ditadura militar empregou como estratégia de legitimação o discurso de se consistir como a encarnação da soberania popular frente, sobretudo, às ameaças de minorias radicais ou comunistas: “[...] Havia uma constante insistência na ideia de que a ditadura tinha como objetivo dignificar o homem.” (REZENDE, 2001, p. 93) Entendemos que era para esse regime que Dom Hélder dirigia suas palavras em seus primeiros artigos na revista *Vozes*, buscando esclarecer – às vezes incisivamente – os militares acerca dos equívocos para com o povo pobre, principalmente da região do nordeste.

desenvolvimento da América Latina”, que consiste na íntegra do documento levado pelo arcebispo à X Assembleia Ordinária do CELAM, realizada em 1966.¹⁴

O autor afirma que, em razão da atual interligação mundial, não é possível compreender isoladamente o desenvolvimento de uma nação, mas por outro lado, não há modelo único de desenvolvimento, devendo este ser condicionado pelas peculiaridades de cada país e nunca forçado externamente, ou seja, criticando indiretamente as interpretações que apontavam para a quebra com o capitalismo (Teorias da Dependência marxistas) como a única solução e também as intervenções dos EUA e da URSS em meio à Guerra Fria. Desta forma, caberia à Igreja de ajudar a América Latina a buscar seus próprios caminhos para “[...] realizar sua libertação do subdesenvolvimento”. (p. 8)¹⁵

Depois volta a tratar da necessidade de reformas radicais e urgentes, mas que não devem ocorrer por meio de golpe armado ou guerrilha, e sim pela via da pressão da opinião pública estimulada e ajudada pela Igreja, afim de não se continuar perdendo:

[...] alguns dos melhores, mais idealistas e mais puros [...] [que] perdem a paciência e atiram-se a movimentos de radicalização e violência [...] A Igreja não pode permitir que os autênticos valores de nossa civilização, que ela ajudou criar, sejam levados de roldão nas mudanças estruturais a serem rapidamente efetuadas [...] Mas é chamada também a denunciar o pecado coletivo, as estruturas injustas [...] (p. 7)

Continuando sua argumentação, afirma que inevitavelmente as massas irão se “conscientizar” e reagirão à sua situação injusta, sendo obrigação cristã da Igreja estimular e colocar-se ao seu lado – e não dos “grandes e poderosos” – para combater a miséria que “[...] é injúria ao Criador e Pai” (p. 10), ademais de que, caso isso não ocorra, a Igreja será vista por estas massas como as tendo abandonado, o que contribuirá para o crescimento do marxismo. Ainda tratando desta questão, afirma que é mais viável que Igreja opte pela “conscientização” do que tente promover as reformas sem o apoio popular. Desta forma, prega uma conscientização que não seja sinônimo de subversão, mas, pelo contrário, sirva para integrar as massas ao suposto processo de desenvolvimento nacional:

¹⁴ De acordo com José Oscar Beozzo (2012), esta foi uma das diversas reuniões organizadas pelo CELAM que, na prática, serviram como preparatórias para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade de Medellín (Colômbia), entre agosto e setembro de 1968.

¹⁵ Todas as citações não referenciadas são realtivas ao artigo da Revista Vozes abordado no momento.

[...] as reformas [...] são um caminho pacífico para a conscientização e enfraquecerão as lutas de classes, pela quebra das distancias gritantes e pela participação de todos na vida do País [...] Conscientização e reforma não são termos antagônicos, são medidas que se atraem e se completam [...] Em nome do princípio da propriedade, mantêm-se privilégios absurdos [...] [é necessária uma] Revisão da noção de propriedade herdada de concepções liberais. (p. 11)

Também apresenta uma síntese de seus objetivos, ao rebater a acusação de comunismo:

[...] contra todos os que [...] ousam descobrir as raízes materialistas também do capitalismo [...]; ousam fazer ver que o comunismo não é o problema social mais grave do mundo de hoje, de vez que mais grave e explosivo é o distanciamento [...] entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido; ousam ultrapassar o assistencialismo e bater-se pela promoção humana [...] (p. 12)

Em seguida, aprofunda essa questão das relações internacionais, afirmando que a ajuda financeira fornecida pelos países desenvolvidos é desprezível se comparada às perdas sofridas pelos países subdesenvolvidos em razão dos preços impostos às matérias-primas que estes fornecem. Para o arcebispo, esse assistencialismo paternalista não resolve à injusta “[...] dívida de mundos para mundos [...]” (p. 13), que deve ser combatida por meio da regulação do comércio internacional com a criação de institutos, assim alavancando o desenvolvimento dos países mais pobres e possibilitando o estabelecimento da paz.

Entendemos que esses apontamentos contribuem para caracterizar o pensamento, relativo às transformações sociais, defendido por Dom Hélder Câmara nas páginas de *Vozes* no período: uma via desenvolvimentista¹⁶ cristã – com claras relações com catolicismo intransigente – que se coloque entre o egoísmo capitalista, que “sacraliza” os interesses econômicos e a propriedade privada acima do bem comum, e o perigo comunista que atenta contra os “valores de nossa civilização cristã” e leva à violência. Essa proposta visa um desenvolvimento técnico-econômico para que haja o rompimento com o estado de subdesenvolvimento, porém enfatizando uma contrapartida social e educacional que leve à inclusão e participação das massas nesse processo de desenvolvimento. Isto tudo deve ser

¹⁶ Entendemos que o pensamento de D. Hélder nesse período (e de outros autores publicados na *Revista Vozes*) em muito é tributário ao que Eduardo Déves-Valdés (2012, p. 525-529) aponta como o grande êxito das teorias latino-americanas ligadas ao conceito de desenvolvimento (surgidas nos anos 1950), cuja rápida penetração e hibridização geraram, entre outros, um pensamento social cristão desenvolvimentista. Raúl Prebisch – Secretário Executivo da CEPAL entre 1949 e 1963 – foi o mais destacado autor a fornecer as bases das teorias desenvolvimentistas, entre outros pontos, defendendo que há uma desigualdade entre exportadores de bens manufaturados e exportadores de bens primários, frente à qual são necessárias, por parte dos governos destes últimos, intervenções na infraestrutura de seus países para o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento que leve à industrialização e difusão dos progressos técnicos e seus frutos.

buscado por meio do convencimento da opinião pública em geral para exercer, pacificamente, pressão sobre os órgãos internacionais, governos e elites locais para que coloquem interesses econômicos particulares em segundo plano e privilegiam o bem comum, pois somente assim acabar-se-ia com as injustiças que levam às radicalizações desesperadas e se alcançaria a paz.

1968

Em 1968 há um aumento da quantidade de textos acerca das transformações sociais, sobretudo na seção *Artigos* (15 de um total de 36 para os anos entre 1966 e 1969), combinado com uma crescente radicalização de posicionamentos, na qual a aposta em reformas que “humanizem o capitalismo” começa a perder espaço de predominância.

A sétima edição possui como principal destaque na capa um texto de Dom Hélder: “A Igreja nas Américas: Suas Possibilidades, Seus Deveres, Sua Missão”. Nele, a via apontada pelo arcebispo para as transformações sociais é a das “reformas de base”¹⁷ que gerem as necessárias mudanças rápidas e profundas, assim evitando que a opção por meios violentos, e o caminho para lograr tais reformas seria a cobrança “direta, clara e forte” por parte da Igreja latino-americana aos governantes e, sobretudo, pressões “legítimas e democráticas”, por meio da “ação não-violenta” (é neste texto que Dom Hélder emprega pela primeira vez tal termo).

Portanto, em mais um texto do arcebispo de Olinda e do Recife vemos o autor defender a necessidade de reformas estruturais internas que eliminem a miséria e, assim, evitem as ações revolucionárias. Os meios para isto ainda reservam esperanças na cobrança aos governantes, mas é nítida a ênfase nas “ações não-violentas”, impulsionadas por uma “conscientização” popular, que deveria ser incentivada e propagada pelas Universidades e, sobretudo, por um “autêntico cristianismo” a ser praticado pela Igreja.

O oitavo número possui como tema principal a questão da revolução e começa a tornar explícito o embate entre distintas concepções acerca das características das transformações sociais que se almejava e, sobretudo, quais os meios para fazê-lo, ou seja, quem seriam os

¹⁷ Termo ligado ao desenvolvimentismo – reformas necessárias para adoção de um novo modelo de desenvolvimento – e muito empregado pelo discurso governamental de João Goulart (1961-1964).

protagonistas dos processos de mudanças? Quebra ou humanização do sistema a capitalista? Ademais, inaugura também a problematização a respeito do caráter violento da revolução.

A temática da revolução passa a ser dominada – mas não sem contraposições – pelas perspectivas defendidas por Pedro Demo, cuja colaboração nessa oitava edição consiste no texto – encontrado na seção *Artigos* e um dos destaques da capa – “Sociologia da Revolução”. O conteúdo deste texto se apresenta centralmente como um discurso acadêmico/ científico – portanto pretendendo-se verdadeiro – acerca da do “[...] conceito correto sociológico de revolução [...]” (p. 699) e do papel desempenhado pela massa na mesma.

O autor busca negar a identificação do conceito de revolução unicamente com a mudança do poder estatal ou com seu ponto de origem econômica, afirmando que a revolução é caracterizada por um processo de transformação global (econômica, política, jurídica, cultural, de classes) e ainda estaria por se verificar se toda revolução começa na economia.

Ademais, afirma que a revolução consiste em parcela dialética necessária para o progresso social e possui um duplo caráter: a fase destrutiva, que não é inerente à violência¹⁸ e cujo papel cabe à ação da massa insatisfeita e despertada para a ação (o que não é entendido pelo autor como sinônimo de conscientizada) por “líderes utopistas radicais”; e a fase construtiva, que não se realiza de forma completamente satisfatória e em sentido ideal não se realiza nunca, na qual finda o papel ativo da massa e dos líderes radicais, passando o protagonismo a competir aos “líderes organizadores” que, para estabelecer a ordem frente às esperanças irrealistas da massa, dos líderes radicais e da situação caótica gerada pelo enfraquecimento do controle estatal, exigem poderes ditatoriais.

Desta forma, o autor reduz o espaço de atuação popular meramente à destruição do *status quo*, negando-lhes completamente um papel construtivo, o que se opõem à tendência crescente na revista de aposta nos trabalhadores ou nos “pobres”¹⁹ como agentes conscientizados de sua própria libertação. Todavia, o texto esboça outras novidades quanto à revolução que ganharão cada vez mais prestígio na revista: sua não identificação como inevitavelmente violenta e seu papel fundamental para o processo evolutivo da sociedade.

¹⁸ “[...] tôda revolução destrói algo, com violência ou sem violência.” (p. 694)

¹⁹ Entre a intelectualidade católica *aggiornada*, ao menos até meados da década de 1970 o conceito de pobres comumente confundia-se com trabalhadores ou classe operária. Posteriormente transcendeu-se esta limitação, sobretudo quando eram enfatizadas questões ligadas às discriminações étnico-raciais.

Faz-se aqui outro “parêntese”. Em todos os textos de Pedro Demo existem diversas referências à Hebert Marcuse.²⁰ Entendemos que seu pensamento, em vários aspectos, é tributário a apropriações, às vezes literais, outras vezes bastante peculiares, da obra de tal autor. Mairon Escorsi Valério (2012) afirma que a tendência do catolicismo intransigente a atitudes de desafio às ideologias do progresso gerou certa afinidade entre os setores radicalizados da intelectualidade católica e o pensamento de Marcuse, porém, as teorias marxistas da dependência respondiam melhor ao projeto de poder institucional e sociopolítico encampado – até meados da década de 1970 – pelo CELAM e pelos intelectuais/ religiosos atrelados a ele, uma vez que este demandava a construção de uma identidade – no caso, econômica – latino-americana homogênea. Pedro Demo, apesar de sua formação católica e de seu entusiasmo pela “nova teologia”, não possuía interesses diretamente ligados ao CELAM, o que permitiu sua maior “liberdade intelectual” na revista *Vozes*.²¹

Outro dos textos destacados nessa oitava edição consiste em “Ação não-Violenta na América Latina”, assinado por Dom Hélder Câmara. Seu foco – como afirma o título – está na proposição da necessidade urgente de organização de uma “ação não-violenta” para enfrentar a situação de colonialismo interno (pequeno grupo cuja riqueza é mantida às custas de milhões) encontrada no subcontinente, advertindo – novamente – que, em face a essa situação de injustiça, haverá uma conscientização que incitará à radicalização e à violência.

Quando Dom Hélder Câmara afirma que a “ação não-violenta” deve objetivar uma “mudança estrutural”, uma vez que a violência será incitada somente porque consistirá em resposta contra a “violência estrutural” que esta sendo instaurada (p. 701), acreditamos que o autor refere-se ao crescente recrudescimento do controle e da repressão impostos pela

²⁰ Hebert Marcuse fez parte dos quadros da Escola de Frankfurt e seu pensamento era marcado, grosso modo, pela interpretação de que no capitalismo vivenciado hodiernamente, a alienação não ocorre majoritariamente em decorrência do controle e fracionamento do trabalho apartado dos trabalhadores, como no século XIX, mas por meio da ideologização “unidimensional” promovida e sustentada pela sociedade industrial, tanto em sua forma mercantilista e quantificadora decorrente da sociedade de consumo, quanto nos moldes soviéticos tecnocráticos e burocratizados. Desta forma, é necessário canalizar revolucionariamente (negando totalmente o modelo societário atual) outros setores marginalizados pela sociedade industrial, em vista da impossibilidade de “desalienação” do proletariado engolido pela ideologização imposta pelos sistemas em vigência.

²¹ Segundo Mairon E. Valério (2012), algo semelhante ocorreu com a Editora *Vozes* que, apesar de sua abertura à Teologia da Libertação, tampouco possuía tais ligações com as redes intelectuais atreladas ao CELAM.

ditadura brasileira que estava sendo vivenciado no período²² e não à “estrutura capitalista” em si. Todavia sua preocupação também diz respeito ao medo, justificável pelo “clima” do período,²³ de que uma possível “explosão de violência” (leia-se revolução) ocorre-se na América Latina, o que para o autor não resolveria os problemas, uma vez que levaria à inferência dos “grandes” (EUA e URSS) e, assim, a um Vietnã latino-americano. (p. 702)

Justificando sua proposta, afirma que o Evangelho é revolucionário, mas sua revolução não é sangrenta, pelo contrário, é conversão, ou seja, convencimento por meio do amor de Deus e ao próximo. Assim sendo, é necessária uma “revolução cultural” como preliminar para as mudanças “profundas e rápidas”: por um lado, sensibilizar os poderosos a abrir mão de seus injustos privilégios e aos governos latino-americanos a concretizar as reformas de base, por outro lado, encontrar soluções adequadas para a realidade local ou invés de importá-las dos países desenvolvidos (isto é, uma “terceira via” entre o capitalismo e o comunismo) e, por fim, ajudar a conscientizar as massas latino-americanas para tornarem-se Povo.

Além disso, afirma que não se deve condenar aos que optaram pela violência em nome da justiça – parece novamente referir-se ao caso brasileiro – mas apresentar uma solução não violenta capaz de empolgar e, para isto, há de apoiar-se no combate – por meio da pressão pública – ao desrespeito aos direitos fundamentais do homem, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Movimento este que deve ser encabeçado por uma espécie de organização católica de vanguarda: “Hoje, como ontem e sempre, a humanidade é conduzida pelas Minorias Abraâmicas²⁴ que esperam contra toda a esperança” (p. 705)

Neste texto entendemos encontrar Dom Hélder Câmara muito preocupado com as radicalizações do regime militar, da resistência a ele e dos próprios círculos católicos liderados pelo CELAM. Apesar de ainda defender a busca pelo convencimento dos poderosos e governantes e a urgência de reformas profundas, seu foco passa ao combate contra o desrespeito aos direitos humanos. Outra questão que permanece é a da conscientização das massas, mas estas não são os protagonistas iniciais de sua proposição de “ação não-violenta” e

²² Segundo Maria José de Rezende (2001, p. 89-94) o ano de 1968 foi marcado pelo aparecimento das primeiras atividades da esquerda armada, ressurgimento das greves no cenário político e radicalização dos movimentos estudantis, o que gerou uma crescente reação por parte dos militares.

²³ Clima de radicalizações revolucionárias vivenciado também no seio das redes católicas ligadas ao CELAM.

²⁴ De acordo com Nelson Piletti e Walter Praxedes (2008, p. 334), Dom Hélder Câmara designou como “Abraâmicas” essas esperadas lideranças em uma tentativa de posterior universalização do movimento de ação não violenta, uma vez que Abraão é um nome com apelo nas culturas judaica, judaico-cristã e islamita.

sim lideranças já “esclarecidas”. Talvez isto ocorra porque a necessidade do estabelecimento de uma alternativa de ação não violenta para combater a violação dos direitos humanos, parecesse urgir mais do que qualquer outra questão frente à intensificação do contexto brasileiro e latino americano. Sendo assim, o protagonismo popular e as mudanças sociais de maior alcance – a humanização do capitalismo – são relegados a um segundo momento menos imediato, mas ainda urgente.

Fecharemos o ano com um texto de Pedro Demo destacado na capa da décima edição. É o segundo texto da revista, que abre com um artigo não destacado. Seu título explicita novamente o debate que ganhou projeção ao longo do ano: “Reforma ou Revolução?”.

O autor defende que revolução e reforma demandam estratégias incompatíveis, uma vez que são fenômenos contraditórios. Para isto, retoma a definição “científica” da revolução e a contrapõe ao conceito de reforma, ligado ao entendimento de que o vigente possui pretensões válidas de existência, necessitando apenas de adaptações às novas circunstâncias históricas. Assim sendo, conclui que a revolução fundamentalmente não está atrelada à violência física – desta feita o autor insiste bastante nesta afirmação – e que a reforma pode ser violenta para conservar as formas vigentes; e também que, caso se pretenda tocar os fundamentos de uma sociedade, é preciso optar por uma estratégia revolucionária, uma vez que a reforma, ainda que profunda ou estrutural – segundo o autor termos correntemente associados à reforma – permanece junto ao vigente e, assim, não alcança o pretendido.

Contudo, ressalva que uma revolução apenas idealmente é a derrubada total do velho, uma vez que o homem não cria do nada, ele transforma, gerando novidades, ou reforma, aperfeiçoando o velho, e estas seriam as duas faces do processo dialético de progressão social. Ademais, defende que devido a essa confusão que identifica revolução com violência ou destruição total para o novo absoluto, muitas das propostas em voga de “reforma estrutural”, na verdade se referem ao processo revolucionário, o que inclui aquilo que o autor denomina como “nova teologia”. Essa confusão para autor possuía consequências gravíssimas: “[...] o inimigo propriamente dito da revolução é precisamente a reforma, porque ela atua como calmante [...] Expressões dúbias, como reforma estrutural, ocasionam uma confusão prática, pois nenhuma ação atinge dinamismo suficiente sem claros motivos.” (p. 881)

Por outro lado, afirma que o uso da força física torna-se uma exigência da prática revolucionária quando se enfrenta a intenção de se perenizar o *status quo*. Assim sendo, analisa o contexto e conclui que, caso os países desenvolvidos da Europa percebam que não conseguirão avançar mais sem uma transformação radical, não seria necessária a violência física, pois a revolução não demandaria uma estratégia de extermínio (uma das espécies de revolução), no entanto, “[...] no Terceiro Mundo é com muita probabilidade o caso, porque o status quo não entende outra linguagem que não seja a da violência física.” (p. 885)

Por fim, o autor defende que a revolução possui como meta a “promoção humana”, portanto estará justificada sempre que seja necessária, ainda que a única estratégia eficaz para determinado contexto seja a revolução fisicamente violenta, isto é, se a injustiça causada pelo *status quo* for maior que a de uma possível revolução fisicamente violenta ou ainda se esta estiver em condições de garantir uma chance de progresso na liberdade, uma vez que a morte violenta não é a única e existem outras espécies de morte características da ordem estabelecida: “É falso pregar uma teoria de não-violência onde a própria violência é o ponto de partida [...] se pretende curar com pílulas, o que somente o bisturi pode fazer [...]” (p. 885)

Nesse texto, o autor resolve um problema colocado nas páginas de *Vozes*, ao desligar o conceito de revolução da violência, todavia, recoloca o problema ao interpretar que o contexto latino-americano demanda, não somente uma revolução, mas uma revolução por meios violentos, justificada esta em nome do desenvolvimento, da justiça e da promoção humana (termos repetidos constantemente pelos colaboradores da revista ligados ao ambiente eclesiástico), além de afirmar veementemente as estratégias de não violência como ineficazes.

1969

As temáticas ligadas às transformações sociais sofreram grande queda (são apenas 05 de um total de 36 textos em *Artigos* e 01 de um total de 21 em *Idéias e Fatos*), mas sem perder a crescente radicalização. Entendemos que tal mudança está relacionada ao contexto vivenciado no país, uma vez que, em dezembro de 1968, entrou em vigor – institucionalizando o recrudescimento da ditadura militar – o Ato Institucional Número 5 (AI – 5).

Pela primeira vez nas páginas de *Vozes* um autor, Pedro Demo, possui mais textos relacionados às transformações sociais em um ano do que Dom Hélder Câmara, sendo apenas um texto (em *Artigos*) do último, contra três do primeiro (com dois em *Artigos*).

Abrimos o ano de 1969 com o texto “A Revolução Responsável do CMI”, de Pedro Demo, que consta na seção *Artigos* da quarta edição. Segundo o autor, a doutrina social do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – instituição que alcançava noventa países de filiação protestante – interpreta o cristianismo como um movimento missionário secular que, no intuito de realizar a missão de promoção humana, se posicionaria em prol, quando inevitável, de uma “mutação social radical, rápida” e humanizada pela Igreja, isto é, uma proposta revolucionária a exemplo do próprio Cristo. De acordo Pedro Demo, o CMI não apresentava o homem antirreligioso como o adversário, mas sim o cristão estabelecido e satisfeito, que sacraliza e pretende eternizar o *status quo*. Esta seria a “revolução responsável” proposta pelo CMI em contrapeso à “sociedade responsável”, comprometida com a ordem estabelecida.

Saindo do âmbito do CMI para os argumentos de teólogos – de acordo com Demo ligados ao CMI – o autor passa a tratar de teologias protestantes, sobretudo da “Teologia da Revolução” de Richard Shaull,²⁵ com intuito de corroborar suas posições pró-revolucionárias. Deste modo, afirma que para essa teologia as reformas seriam o instrumento mais eficaz dos grupos conservadores, pois adiariam a mutação social para tempo indeterminado e neutralizariam os impulsos que buscam uma renovação completa das estruturas. Quanto à questão da violência, a Teologia da Revolução entende que caso a ordem estabelecida cause mortes, então a realização do futuro pressupõe o conflito e, em casos-limite, um emprego humanizado da violência, o que justifica a guerrilha: “A tática das guerrilhas inclui também o pensamento de que um grupo mais especializado pode poupar o sacrifício das massas.” (SHAULL apud DEMO, p. 313) Sendo assim, a revolução violenta torna-se obrigação para o cristão quando esta se o torna o único meio possível para cumprir o mandamento de amor ao próximo, o que consiste em um caminho já conhecido por meio do padre Camilo Torres.²⁶

²⁵ Millard Richard Shaull foi um teólogo presbiteriano estadunidense que atuou como missionário no Brasil e na Colômbia e foi o principal responsável pelo desenvolvimento da chamada “Teologia da Revolução”. Segundo André Corten (2004, p. 303) Shaull pode ser considerado como o primeiro teólogo da libertação.

²⁶ O padre Jorge Camilo Torres Restrepo aderiu na Colômbia ao *Ejército de Liberación Nacional* e foi morto em combate em 1966. É a primeira vez que sua atuação guerrilheira é referida positivamente na revista.

Assim sendo, o Pedro Demo estabelece argumentos, embasados em interpretações do meio eclesial, para mais uma vez se contrapor às proposições de ação não violenta: “Condenar, em nome do amor, a revolta do escravo, é tornar-se cúmplice da opressão do senhor.” (p. 313) Nesse texto, o autor, para além dos pontos centrais defendidos pelo CMI, seleciona teólogos que, em pontos mais polêmicos (revolução e violência), vão ao encontro de posicionamentos que são seus, assim buscando comprovar que suas proposições, além de serem cientificamente verdadeiras, são também as mais adequadas para adoção pelos cristãos.

Em *Artigos* do quinto número encontra-se o texto “Os jovens combatem os sete pecados capitais do mundo de hoje”, que consiste na íntegra de palestra proferida por Dom Hélder em Manchester (Inglaterra). Como o próprio título diz, o autor apresenta os pecados capitais contra os quais os “jovens hippies irmãos do Beatles” se rebelam. Dentre eles, destacamos:

- o neocolonialismo, repetindo o argumento contrário às relações comerciais internacionais injustas entre países ricos e pobres, concluindo que os jovens: “[...] repelem o conforto e o luxo, em cujo bojo sabem que há sangue, suor e lágrimas de 2/3 da Humanidade.” (p. 429);
- o paternalismo, demandando direitos ou invés de benefícios, uma vez que estes últimos somente servem para que os ricos ou os “patrões” sejam vistos como generosos por distribuírem as migalhas que caem de seus banquetes e continuarem a identificar a mudança na estrutura como subversão e comunismo, o mesmo que fazem os países desenvolvidos ao tentarem apresentar suas míseras ajudas aos países subdesenvolvidos como generosidade;
- e o farisaísmo, isto é, a pregação de uma moralidade puritana associada à imoralidade social, o que se expande para o âmbito internacional quando o capitalismo se apresenta com ares de salvador do mundo livre, mas é egoísta e desumano, pois não vacila em esmagar pessoas quando o lucro exige, defende a tradição e a família, mas não cria condições de vida adequadas para as famílias dos trabalhadores, prestigia a religião somente quando isto vai ao encontro de seus interesses, perseguindo-a quando luta pelo desenvolvimento humano. Por sua vez, o marxismo comunista se apresenta como humanista, mas na prática as “[...] superpotências, dizendo-se inspirar em Marx, são tão frias e egoístas como as [...] capitalistas [...]” (p. 430), uma vez que não admitem o pluralismo de ideias, temem a liberdade criativa e

a originalidade que não se enquadram no Partido, se supermilitarizam e promovem guerras que não divergem das guerras imperialistas e se fecham no ateísmo.

Em suma, D. Hélder Câmara apresenta como estando por trás dos “novos movimentos da juventude” os posicionamentos que ele próprio e parte significativa do catolicismo defendiam. Todavia, nos interessa mais perceber o caminhar de seus posicionamentos quanto às transformações sociais, uma vez que nesse texto apresenta uma perspectiva menos corrosiva frente ao marxismo, responsabilizando as “superpotências”, ou seja, a URSS, pelo fechamento e desmandos autoritários, militaristas, imperialistas e ateístas do comunismo.

Fecharemos o ano de 1969 com mais um texto de Pedro Demo: “A Sociologia a Serviço do Status Quo”. Este abre a seção *Artigos* da décima primeira edição. Seu foco consiste na crítica as ciências sociais por operar somente dentro do quadro ideológico vigente, uma vez que, ao procurar empregar somente métodos supostamente objetivos, frios e neutros, no intuito de eliminar as influências ideológicas das pesquisas, acaba-se aceitando o sistema vigente sem discuti-lo, ou seja, afirma-se a ideologia (unidimensional) do *status quo*.

Demo afirma que o propósito de objetividade é um requisito elementar de toda ciência, mas o ideal de neutralidade pura é irreal, pois a pesquisa é dirigida por homens determinados subjetivamente. Assim sendo, conclui que a sociologia mais representada “[...] hoje é conservadora, reformista. Trata-se da orientação estruturalista-funcionalista, que é de si a sociologia do status quo [...]” (p. 964), mas isto não é reconhecido em razão “[...] da ilusão de representar genuinamente a verdade’[...]” (p. 964-965) – o que inclui muitos revolucionários.

Desta forma, o autor discorre sobre quais são as características das ciências sociais funcionalistas e estruturalistas. Ateremo-nos a sua conclusão de que, ao excluírem da análise a diacronia ou relegarem como forças exógenas os elementos contraditórios capazes de estourar o conjunto, criam uma ideologia que se agarra à ordem estabelecida como absoluta e perene, constituindo-se como arma para o reformismo, ao passo que, retomando sua argumentação sobre as características da evolução social e dos conceitos de revolução e reforma, Demo afirma que “[...] a verdadeira argúcia histórica consiste em ler os sinais dos tempos [...] para distinguir se a sociedade exige a sua manutenção ou sua transformação.” (p. 966)

Afirma que o mesmo o marxismo padece da exclusão do conflito, traço característico das utopias, uma vez que “[...] no fim a dialética, filha do conflito, acaba num paraíso!” (p. 968) Tal crítica dirigia-se à “ortodoxia” marxista, mas, sobretudo, à utilização pragmática do marxismo pelo “[...] comunismo russo [...] que é hoje imperialista, petrificado, monolítico e dogmático, como o sistema ocidental capitalista [...]” (p. 973), ao que o autor, ao afirmar que está se estabelecendo uma educação para o *status quo*, acrescenta: “[...] é a ideologia do liberalismo político ultrapassando as classes dirigentes. Não que o funcionalismo seja capitalista! Mas serve às classes dominantes, porque é feito para manter o status quo. E até na Rússia [...] é bem aproveitado. Qualquer regime pode recomendar [...]” (p. 971)

Por fim, Demo defende que o emprego o método dialético – “[...] arte refinada de ler os sinais dos tempos [...]” (p. 973) – ao contexto atual de convulsões indica a necessidade de revoluções, uma vez que buscar o equilíbrio nessas condições, via reformas, consiste em utopia, ou seja, é irreal. Entretanto, o autor novamente afirma que há a possibilidade de revoluções por vias pacíficas, por meio da educação e “conscientização dialética” do povo, ou seja, torná-lo capaz de enxergar para além da “unidimensionalidade” entre *status quo* e revolução absoluta. No entanto, na América Latina a revolução é iminente e será sangrenta (o que inclui também a resistência a ela), pois a população está atrelada a essa educação unidimensional – reforçada pelo catolicismo tradicional, capitalismo dominante e comunismo russo esclerosado e dogmático – e as classes privilegiadas “[...] não tem a vocação para o sacrifício [...] [Portanto] Em vez de nos determos no esforço de frear a revolução, é melhor buscar com tóda pressa os meios mais aptos de realizá-la humanamente.” (p. 973)

Aqui fica clara a posição do autor em defesa da necessidade de uma revolução, ainda que violenta – participada pela Igreja, que desempenharia um papel de controle (humanização) do processo revolucionário. Tal revolução deveria ter um caráter anticapitalista, mas distinto do comunismo soviético, adotando um caminho próprio e sujeito a reformas e a futuras novas transformações. Esta posição, entendida por ambos os lados como inconciliável com a proposta reformista, encabeçada por Dom Hélder Câmara, termina nosso primeiro recorte temporal como a dominante, mas não única, na revista Vozes.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord.). **Editora Vozes: 100 anos de história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BEOZZO, José Oscar. **Medellín: inspirações e raízes**. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/relat/202.htm>>. Acessado em: 15/ 12/ 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Cuadernos Hispanoamericanos – idéias políticas numa revista de cultura. In. **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 34, p. 344-370, 2005.

CORTEN, André. El establecimiento de una red de la teología de la liberación. In. BASTIAN, Jean-Pierre (coord.). **La modernidad religiosa**. Europa y América Latina en perspectiva comparada. México: FCE, 2004.

DÉVES-VALDÉS. **Pensamiento Periférico**. Asia – África – América Latina – Eurasia y algo más. Una tesis interpretativa global. Santiago de Chile: IDEA-USACH, 2012.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NEOTTI, Clarencio. Revista Vozes: uma jovem centenária revista de cultura. In. **Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura**. São Paulo: Paulinas, n. 14, p. 48-51, 2007.

PILETTI, Nelson & PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: o profeta da paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

POULAT, Émile. **Eglise contre bourgeoisie**. Introduction au devenir du catholicisme social actuel. Paris: Castermann, 1977.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Ed. da UEL, 2001.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa**. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de; FERREIRA, Antonio Celso. (orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 102-113.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª ed. p. 111-153.

VALERIO, Mairon Escorsi. **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)**. 2012. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.